

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 7 | Nº 20 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5218939>



SLOW FOOD E ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO PROMOTORES DE DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Telma Regina Stroparo¹

Resumo

O Movimento Slow Food tem como princípio que o alimento deve ser “bom, limpo e justo” o que implica em escolhas mais conscientes, preferência por produtos locais, observância ao modo de cultivo que deve respeitar a biodiversidade e serem adquiridos com preço que remunerem adequadamente os agricultores. Por outro lado, tem-se, em tempos pandêmicos, o agravamento das vulnerabilidades, notadamente a fome que atinge milhões de pessoas no mundo. Desta forma, o objetivo do presente artigo é discutir as repercussões que o ambiente de pandemia trouxe para consumidores urbanos e produtores agroecológicos. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico com abordagem qualitativa. Reitera-se, no presente, a relevância do movimento Slow Food enquanto promotor de desenvolvimento local entendendo que urbano e rural são indissociáveis e o alimento é o fator que os conecta. O fortalecimento das relações e redes em torno do alimento promovem a segurança alimentar, a preservação dos saberes, práticas, tradições e biodiversidade, a concepção de pertencimento, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Covid-19. Desenvolvimento Sustentável. Pandemia. Slow Food.

Abstract

Slow Food has the principle that food must be “good, clean and fair” which implies more conscious choices, preference for local products, observance of the cultivation method that must respect biodiversity and be purchased at a price that pays appropriately the farmers. On the other hand, in pandemic times, vulnerabilities have worsened, notably the hunger that affects millions of people around the world. Thus, the objective of the present article is to discuss the repercussions that the pandemic environment brought to urban consumers and agroecological producers. Methodologically, it is a theoretical essay with a qualitative approach. We reiterate the importance of the Slow Food as a promoter of local development, understanding that urban and rural are inseparable and food is the factor that connects them. The strengthening of relationships and networks around food promote food security, the preservation of knowledge, practices, traditions and biodiversity, the concept of belonging, the improvement of the quality of life and sustainable development.

Keywords: Covid-19. Pandemic. Slow Food. Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - COVID-19, ocorrida em virtude do aparecimento do novo Coronavírus responsável pela Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2), acarretou muitos problemas mundiais agravando mazelas sociais como fome, desigualdade econômica e social, desemprego, violência, moradia, acesso a saúde de forma digna e universal, dentre outros (SENHORAS, 2021). Notadamente os centros urbanos com maior densidade populacional enfrentam o acirramento de problemas como o caos do transporte público ineficiente, estrutura de saúde despreparada e insuficiente

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail para contato: telma@unicentro.br



tanto nos quesitos físicos quanto de recursos humanos habilitados para o enfrentamento da crise, desemprego e geração de renda. (STROPARO, 2021)

Muito além das questões de saúde, ainda é precoce mensurar as novas condições e impactos advindos com o avanço da pandemia no mundo, dadas as complexidades inerentes. No entanto, aqui o olhar será restrito à alimentação em suas múltiplas interfaces seja propondo um estilo de vida que valorize o local, com sustentabilidade, quer seja trazendo o rural para o debate do desenvolvimento urbano, na condição de fornecedor de produtos agroecológicos e saudáveis ou ainda discutindo o alimento como direito primário à vida e uma expressão de cidadania.

Neste contexto o Portal UOL publica reportagem intitulada “Pandemia favoreceu alimentação saudável”, que trata de pesquisa realizada pelo Projeto NutriNet Brasil que visa acompanhar 200 mil pessoas de todas as regiões do país para identificar características da alimentação brasileira. Os resultados preliminares do estudo apontam para aumento na frequência de consumo de alimentos saudáveis de 40,2% para 44,6% durante a pandemia (MARQUES, 2020).

Diante dos resultados da pesquisa, mesmo que preliminares, é possível inferir que existe uma predisposição para aquisição de produtos locais e sustentáveis. No entanto, muitas vezes os produtos agroecológicos e/ou orgânicos advindos da agricultura familiar e pequenos produtores não chegam aos locais de venda por falta de uma estrutura de logística que permita a divulgação, a disponibilização, quer em feiras ou redes de cestas, com condições de venda e preços acessíveis aos consumidores e que, ao mesmo tempo, remunerem adequadamente os produtores. No mesmo sentido, pesquisa realizada por Wekeza e Silanda (2019), aponta que 41,3% (n=62) dos consumidores compram alimentos orgânicos uma vez a cada 2 semanas, 26,7% (n=40) uma vez por mês e 24% (n=36) compram uma vez na semana.

Importante ressaltar os achados da pesquisa desenvolvida por Perera, Auger e Klein (2016) que apontam para o fato de que muitos consumidores, atentos aos impactos ao meio ambiente, estão mudando suas práticas de consumo optando, sempre que possível, por produtos agroecológicos. De encontro a tudo isso, surgem iniciativas como o Movimento Slow Food que tem como princípios promover alimentos ditos bons, limpos e justos que contribuem significativamente para a conscientização da população principalmente pela divulgação e acesso aos alimentos, criando uma rede que integra produtores locais, consumidores, logística para comercialização por meio de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), organização de cadeias curtas e redes agroalimentares de abastecimento que implicam na venda direta dos produtores aos consumidores, sem intermediação, por exemplo, ou outras iniciativas vinculadas a projetos de extensão institucionais que tem como objetivo promover o associativismo por meio de organização e controle social, desafiando as concepções das forças homogeneizadoras do globalismo. (CHRZAN, 2004; DESOUCHEY, 2010).



É o alimento que conecta urbano e rural e quando isso se dá com respeito aos fluxos, valorização do que é produzido localmente, de forma sustentável e ambientalmente adequado, muitos dos problemas que constituem o caos urbano podem ser amenizados. Slow Food perpassa os aspectos de rede de compra e venda, que por si só já seria muito importante. Ser Slow Food é uma filosofia de vida para além do agroecológico. É ter uma postura política de consumo responsável, de lutar por territórios livres de transgenia ou por modos de produção que contemplem práticas agroecológicas e respeitem os saberes e a pluralidade do meio rural, que promova um sistema alimentar resiliente de tal forma que fortaleça a economia solidária e o desenvolvimento sustentável. É fazer a própria comida, sempre que possível. É descobrir sabores e valorizar saberes. É promover o desenvolvimento urbano por meio da integração com o rural, em uníssono. Trata-se, em síntese, de incentivar o consumo e produção sustentáveis (*Sustainable Consumption and Production - SCP*).

Destarte, o presente trabalho desenvolvido na forma de ensaio teórico de natureza qualitativa, apresenta o Slow Food como alternativa de desenvolvimento sustentável e de governança local notadamente quanto aos aspectos de inclusão social, democratização de acesso ao alimento e segurança alimentar.

DISCUSSÕES TEÓRICAS

Estima-se que cerca de 49 milhões de pessoas estarão em condições de extrema pobreza em 2021. (WFP, 2020). Pesquisa divulgada pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (EGAL, 2019) aponta que o número de pessoas atingidas pela fome vem aumentando com aproximadamente 821 milhões de pessoas nesta condição, no mundo. As vulnerabilidades apresentam-se de diversas formas e promovem a piora das condições de vida de habitantes tanto dos centros urbanos quanto do meio rural.

Embora a responsabilidade maior seja do Estado em assumir a condução do processo, propondo regulamentações e implementando ações de políticas públicas que propiciem a inclusão e a garantia de acesso aos direitos primários da população, a sociedade civil também pode contribuir para a melhora da qualidade de vida organizando-se e promovendo a valorização do comércio local, de produtos sustentáveis, constituindo redes de abastecimento que privilegiem produtos advindos de pequenos agricultores, por exemplo.

Ademais, considerando-se o fato de que grandes corporações controlam a produção e os mercados de alimentação, pesquisa de McMICHAEL, (2015) alerta para as dificuldades advindas com



tal hegemonia, que cria dificuldades para que camponeses acessem os mercados, bem como a população urbana de baixa renda que fica impossibilitada de acessar produtos saudáveis.

Especificamente sobre alimentação há que discorrer sobre agroecologia e agricultura familiar pois ambas se conciliam naturalmente em virtude das características inerentes como o cuidado com a terra, preservação da água, diminuição do uso de produtos químicos, resgate de saberes e modos de cultivo tradicionais, desenvolvimento sustentável do território, economia solidária, proteção a agrobiodiversidade.

Entende-se por agricultura familiar, sob os aspectos legais, aquela desenvolvida em área de até quatro módulos fiscais; com mão de obra utilizada nas atividades econômicas predominantemente familiar e cujo maior percentual da renda é obtido das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da gleba, conforme preceitua a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006. (BRASIL, 2006). Segundo dados do Censo Agropecuário 2017-2108 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área total de 351,289 milhões de ha, ou seja, cerca de 41% da área total do país. Destes, aproximadamente 77% foram classificados como de agricultura familiar (segundo classificação do Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017), responsáveis por 23% do valor da produção e ocupando uma área de 80,89 milhões de hectares (IBGE, 2019).

No entanto, Altafim (2007) discorre sobre a agricultura familiar sob o enfoque sócio-cultural que significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade. Trata-se, portanto, de uma forma de relacionar-se com a terra e seus frutos. Neste sentido, Wanderley (2000) trata a agricultura familiar como lugar de convergência e referência, dando-lhe sentido de pertencimento e discorre sobre um modo de produzir e viver, cuja raízes denotam do campesinato e tem a terra como centralidade.

Visando a compra de produtos locais, advindos da agricultura familiar e com objetivo de gerar renda a esses agricultores, há que destacar a Lei 16.751/10, de 29 de dezembro de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 4211, de 06 de março de 2020, que institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, do Estado do Paraná. O objetivo é incluir alimentos orgânicos gradualmente na alimentação dos alunos das mais de 2 mil escolas estaduais, até chegar a 100% da merenda em 2030, sendo a agricultura familiar responsável pelo fornecimento de grande parte. De forma integrada, as ações incluem soluções na área de sanidade animal, ampliação da produção e organização dos produtores em associações e cooperativas. (PARANÁ, 2010; PARANÁ, 2020; AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, 2020).



Outra vertente de apoio à agricultura familiar é o Movimento Slow Food, criado por Carlo Petrini na década de 1980, e que tinha como objetivo defender as tradições regionais, a boa comida, o prazer gastronômico e um ritmo lento de vida. Atualmente, presente em mais de 160 países, deixou de ser apenas um movimento social e passou a ser uma filosofia de vida, de contestação aos excessos, promoção do simples, local e sustentável. De forma prática, privilegia ações e produtos de comunidades tradicionais, promove sistemas de produção e comercialização direta, a economia solidária, a preservação de sementes e biomas, os produtos típicos, os sabores e saberes tradicionais. Falar de Slow Food é obrigatoriamente relacionar com agroecologia e suas práticas de conservação, manejo e respeito à agrobiodiversidade e reconhecer a indissociabilidade de ambos.

O Movimento promove a educação do paladar e conecta os produtores de alimentos de qualidade com os coprodutores por meio de eventos e iniciativas e consumo sustentável, bem como incentivador de práticas sustentáveis. (PETRINI, 2003; SLOW FOOD BRASIL, 2007; SLOW FOOD, 2017).

Ressalte se que a organização social é um dos pontos defendidos por adeptos do Slow Food seja na forma de associativismo que promove condições de venda de produtos da agricultura familiar diretamente para consumidores finais ou mesmo intermediando e criando uma rede logística de distribuição para pequenos comércios locais como padarias, restaurantes e minimercados de bairro, bem como em programas estatais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);

Promover o associativismo, por meio das associações de agricultores e moradores, organizando-os formalmente e constituindo redes que beneficiem o escoamento dos produtos e acesso igualitário e primordial a bens e serviços também faz parte do Slow Food. Defende-se ainda o bem-estar animal, políticas de preservação das abelhas, o uso consciente de alimentos evitando desperdícios e excesso de industrialização e embalagens, territórios livres de transgenia, valorização e proteção a povos indígenas e tradicionais com seus saberes, práticas e diversidade.

Em tempos de pandemia, com as feiras municipais canceladas e/ou sofrendo restrições, as associações são fundamentais na intermediação dos produtos agroecológicos bem como no acesso às políticas públicas que visam a distribuição de alimentos. As redes de comercialização além de facilitarem o escoamento da produção e interligarem o produtor rural com o consumidor urbano propiciam muitas outras vantagens como negociação de preços, compras conjuntas de embalagens, ajuda para as questões burocráticas como rótulos e inspeção sanitária, etc.

Desta forma, reitera se a concepção de que a agricultura familiar tem muito a oferecer para a humanidade e suas premissas de preservação da agrobiodiversidade, sustentabilidade e práticas consoantes com a saúde e bem estar sejam consolidadas e valorizadas. Espera se sempre e cada vez mais



que o meio urbano receba e se beneficie dos produtos bons, limpos e justos. Por outro lado, entende-se que a organização social é o caminho para a melhoria da qualidade de vida de todos e sem organização civil o desenvolvimento urbano não é pleno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes centros populacionais viram seus problemas avolumarem-se com a chegada da pandemia. Fez-se o caos! Condições de extrema pobreza, fome, desemprego e vulnerabilidades das mais diversas formas ficaram mais evidentes e despertaram a necessidade de um olhar mais humano e voltado para os mais necessitados.

O estado precisa cumprir seu papel e prover condições de saúde, alimentação, educação, infraestrutura, transportes e políticas públicas de acesso e inclusão que garantam condições de vida saudáveis a toda a população.

Por outro lado, o meio rural afetado igualmente por condições de vulnerabilidade, risco e inseguranças alimentares, de saúde e renda sofre os efeitos da pandemia com dificuldade de escoamento de seus produtos, grande parte perecíveis e sem condições de estocagem. Agricultores familiares enfrentam dificuldades com a suspensão temporária das feiras livres e com as incertezas de continuidade, mesmo que momentâneas, de políticas públicas de aquisição de alimentos, merenda escolar e outros programas que são a base de renda e subsistência dessas populações.

Slow Food, enquanto movimento, pode contribuir significativamente no fortalecimento dos vínculos e relações comerciais entre agricultores e consumidores. Do ponto de vista filosófico e movimento político tem-se a difusão das concepções de valorização dos produtos, tradições e saberes locais, preferência por comida de verdade em detrimento dos industrializados, proposição de cursos e oficinas que instiguem o sabor e novas formas de consumo de plantas alimentícias não convencionais e adoção de um estilo de vida mais natural e saudável e promotor de simbioses humanas.

A organização social é um dos caminhos que fortalece a simbiose entre urbano e rural promovendo e integrando fluxos de fornecimento de produtos de base agroecológica, certificados, com rastreabilidade e com todas as características de alimento bom, limpo e justo.

O fortalecimento destas relações e redes em torno do alimento promovem a segurança alimentar, a preservação dos saberes, práticas, tradições e agrosociobiodiversidade, a concepção de pertencimento, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.



O associativismo e outras formas de organização social devem ser estimulados pois propiciam vantagens para todos quer sejam econômicas na medida em melhoram as condições logísticas de escoamento da produção, quer sejam pelo senso de comunitário e de coletivo.

O fortalecimento da agricultura familiar ainda se depara com desafios como assistência técnica, formação de rede de fornecimento de insumos e sementes, programação de plantio visando orçamentos e controles financeiros e quantidades produzidas, incentivo à agrobiodiversidade e múltiplas fontes de renda, além de logística de comercialização e distribuição.

Propõe-se neste ensaio reflexões sobre a simbiose entre o urbano e o rural e as repercussões no desenvolvimento sustentável em contexto de pós-pandemia, respeitando-se as especificidades e propondo a luta por objetivos comuns e que propiciem a melhoria da qualidade de vida de todos.

O desenvolvimento urbano na pós-pandemia precisa considerar a pluralidade e a diversidade como bens preciosos que se constituem em patrimônio cultural que definem e ao mesmo tempo nos tornam únicos. As dicotomias se completam simbioticamente em prol do bem comum.

REFERÊNCIAS

AEN - Agência Estadual de Notícias. “Estado reforça apoio ao cooperativismo da agricultura familiar”. **Portal Eletrônico da AEN** [2020]. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br>>. Acesso em: 16/08/2021.

ALTAFIN, I. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. Brasília: Editora da CDS/UnB, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16/08/2021.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. **Alimentos Regionais Brasileiros** - Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CHRZAN, J. “Slow food: what, why, and to where?”. **Food, Culture & Society**, vol. 7, n. 2, 2004.

CUNNINGHAM, S. “The visualization environment for mathematics education”. In: ZIMMERMANN, W.; CUNNINGHAM, S. (eds.). **Visualization in teaching and learning mathematics**. Washington: Mathematical Association of America, 1991.

DESOUCEY, M. “Gastronationalism: Food traditions and authenticity politics in the European Union”. **American Sociological Review**, vol. 75, n. 3, 2010.

EGAL, F. “Review of The State of Food Security and Nutrition in the World”. **World Nutrition**, vol. 10, n. 3, 2019.

MARQUES, F. “Pandemia favoreceu alimentação saudável”. **Revista Pesquisa/FAPESP** [16/09/2020]. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>>. Acesso em: 16/08/2021.



MCMICHAEL, P. “The right to food and politics of knowledge”. **Canadian Food Studies**, vol. 2, n. 2, 2015.

MORAES, M. D.; OLIVEIRA, N. A. M. “Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades”. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, vol. 3, n. 1, 2017.

PARANÁ. **Decreto nº 4211, de 29 de dezembro de 2020**. Paraná: Leis Estaduais, 2020. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br>>. Acesso em: 16/08/2021.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 16.751 de 29 de dezembro de 2010**. Paraná: Leis Estaduais, 2010. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br>>. Acesso em: 16/08/2021.

PERERA, C.; AUGER, P.; KLEIN, J. “Green Consumption Practices Among Young Environmentalists: A Practice Theory Perspective”. **Journal of Business Ethics**, vol. 152, n. 3, 2016.

PETRINI, C. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo: Editora do SENAC, 2003.

SENHORAS, E. M. “O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

SLOW FOOD BRASIL. “A centralidade do alimento”. **Portal Eletrônico Slow Food Brasil** [2007]. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org>>. Acesso em: 16/08/2021.

SLOW FOOD BRASIL. “Movimento Slow Food”. **Portal Eletrônico Slow Food Brasil** [2007]. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org>>. Acesso em: 16/08/2021.

SLOW FOOD. “Declaração de Chengdu”. **Anais do VII Congresso Internacional do Slow Food**. Chengdu: Congresso Internacional do Slow Food, 2017.

STROPARO, T. R. “Smart Cities, Mobilidade Urbana e Envelhecimento Humano em Tempos de Pandemia: Exclusão e Isolamento”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 14, 2021.

WANDERLEY, M. N. B. “A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil”. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, 2000.

WEKEZA, S. V.; SIBANDA, M. “Factors Influencing Consumer Purchase Intentions of Organically Grown Products in Shelly Centre, Port Shepstone, South Africa”. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 16, n. 6, 2019.

WFP - World Food Programme. “Hunger Map”. **Portal Eletrônico WFP** [2020]. Disponível em: <<https://www.wfp.org>>. Acesso em: 16/08/2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 7 | Nº 20 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima